

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

## Casa da Cultura de Melgaço

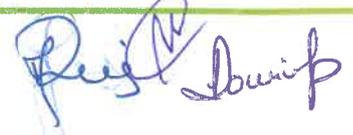
Sessão Ordinária nº 22  
de 24 - 04 - 2021

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	<b>P</b>
António Manuel Domingues	1º Secretário	<b>P</b>
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	<b>P</b>

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	<b>P</b>	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	<b>P</b>
Manuel Luís Domingues Gonçalves	<b>P</b>	José Carlos Gonçalves	<b>P</b>
Hugo Carvalho a)	<b>P</b>	David Manuel Barbeitos	<b>P</b>
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	<b>P</b>	José Luís Douteiro	<b>P</b>
Catarina Aurora Rodrigues Mira	<b>P</b>	Agostinho Alves	<b>P</b>
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	<b>P</b>	Alberto Domingues d)	<b>P</b>
Carlos Alberto Codesso	<b>P</b>	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	<b>P</b>
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	<b>P</b>	José da Ascensão Afonso	<b>P</b>
Carla Maria esteves Lima	<b>P</b>	Alfredo Domingues	<b>P</b>
Tiago José Baleixo Lourenço	<b>P</b>	Amadeu Esteves	<b>P</b>
Manuel António Fernandes	<b>P</b>	Ricardo Jorge Alves	<b>P</b>
Carla Sofia de Abreu	<b>F</b>	Maximiano José Calheiros Gonçalves	<b>P</b>
António José Gomes Nabeiro	<b>P</b>	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	<b>P</b>
Manuel Cândido Afonso b)	<b>P</b>		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	<b>F</b>		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	<b>P</b>		
António Joaquim Sousa	<b>P</b>		
Maria Aurora Soares Alves c)	<b>P</b>		

**P-Presença F-Falta**

- a) Substitui Jorge Renato Vieira Ribeiro
- b) Substitui Vânia Cristina Barros Faria Dantas
- c) Substitui Paulo Jorge Azevedo
- d) Substitui Amado Dias



Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Carla Abreu, Pedro Silva e Alfredo Domingues.

A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião de 27 de fevereiro de 2021 e, não havendo pedidos de intervenção, **a ata foi aprovada por maioria, com 1 abstenção.**

<b>Assunto nº204</b>	<b>Período de “Antes da ordem do dia”</b>
----------------------	---

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra. Inscreveram-se os deputados: Manuel Fernandes e Manuel Luís Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a palavra ao deputado Manuel Fernandes que iniciou a sua intervenção referindo que o Presidente da Câmara Municipal está há quase doze anos na área executiva do Município (um mandato como vice-presidente e dois como Presidente) e o balanço que tira desses doze anos de governação é que o concelho está mais pobre, mais desertificado/despovoado, há menos comércio, menos indústria, menos gente. A única coisa que houve, antes desta pandemia, foi festas e provas desportivas, mas nem com isso o concelho se desenvolveu. O Presidente apenas deu continuidade ao que tinha vindo a ser seguido nos últimos trinta anos e essa política a única coisa que fez foi continuar com o empobrecimento do concelho.

O deputado deixou depois uma pergunta no ar: como é que os jovens poderão vir trabalhar e viver para Melgaço, como a Câmara tem publicitado, onde há muita pouca empregabilidade, que não seja precária, a não ser que venham trabalhar para o Município que felizmente ainda é hoje a maior empresa de Melgaço e está a contribuir para a fixação e sustentabilidade de centenas de famílias que aqui vivem.

Referiu, depois, que há quatro anos a esta parte, não se falava de outra coisa que não fosse o Hotel do Peso e as Termas, tendo até sido lá feito um grande debate com a presença da comunicação social sobre as Termas e o futuro hotel. Quatro anos volvidos continua tudo na estaca zero. Afirmou não ter ido ao referido debate porque não acreditou, e não se enganou. Afirmou que na campanha autárquica, que brevemente irá começar, se voltará a falar do futuro hotel e das Termas e talvez, como é usual em política, até colocar a primeira pedra.

Continuou a sua intervenção referindo-se à limpeza dos terrenos, um problema que não é fácil de resolver pelos motivos de todos conhecidos. Os terrenos estão praticamente abandonados porque os proprietários são, na sua grande maioria, pessoas idosas e com poucos recursos financeiros para proceder à sua limpeza e não será com coimas que a situação se resolverá. Diz a Câmara que depois da notificação nos prazos legais, se não for feita a limpeza será a Câmara a realizar a mesma e fará a cobrança dos custos aos proprietários. Afirmou estar convencido que na maioria dos

casos a Câmara irá ter que adquirir os referidos terrenos para realizar a cobrança. Deveria estar previsto no Regulamento não só as coimas, mas também o custo por metro quadrado que a Câmara iria cobrar se os proprietários não fizessem a limpeza pois, com a obrigatoriedade da limpeza, já há preços inflacionados que são insuportáveis.

Tudo o atrás referido está a acontecer pelo motivo que tem vindo a alertar nos últimos trinta anos, a desertificação/despovoação e a mesma coisa irá acontecer com o aumento de 30% do IMI nos prédios degradados, do qual o Presidente da Câmara se preocupa muito em fazer o respetivo recenseamento. Mas, haverá casos em que o imóvel não tem qualquer valor comercial e a solução será entregar o prédio às finanças. Atualmente o concelho está desertificado, não é possível fixar os jovens que dariam a este concelho o desenvolvimento económico e sustentável necessário. Alguns ainda tentaram, depois de licenciados, regressar à terra que os viu nascer, mas pouco tempo depois fecharam a porta e foram procurar melhores condições de vida. O mesmo está a acontecer com as chamadas lojas Pop-Up que foram amplamente publicitadas com direito a comunicação social. Mas deixa uma pergunta: quantos empregos sustentáveis e duradouros foram criados nessas lojas que abriram e algumas já fecharam? Quais os custos para o Município da abertura dessas lojas? Acrescentou ainda, que existe uma zona industrial, com trinta anos, com menos de 150 postos de trabalho e em que a maior empregadora felizmente é a Aflex. Espera que não sejam necessários os mesmos quase 30 anos para criar perto de 150 postos de trabalho na nova zona empresarial. Os concelhos vizinhos têm zonas industriais com milhares de postos de trabalho e isto é sinal de que fizeram bem o trabalho de casa.

De seguida referiu que quando foi ao Centro de Vacinação tomar a vacina constatou que, embora sem o luxo de outros Centros, como observou através da TV, em sua opinião o Centro de Melgaço está funcional e com os serviços a funcionar bem e com rigor, merecendo ser elogiado. No entanto, referiu que o Presidente da Câmara deveria ser tão económico, como se verifica no centro de vacinação, em muitas outras despesas que, em sua opinião, não são necessárias como por exemplo gastar dezenas de milhares de euros anuais para fazer fotografias para a revista que não diz nada a qualquer cidadão que resida em Melgaço que o mesmo já não saiba. Quais são os custos anuais da publicidade na rádio vale do Minho, na revista e nas fotografias num concelho tão pequeno e despovoado. Esse dinheiro teria muita utilidade na redução da fatura da água.

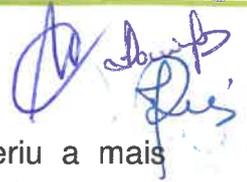
Congratulou-se, depois, com a repavimentação de estradas municipais, mas criticou a falta de colocação de rails de segurança, afirmando não ter sido colocado um metro de rails de segurança nos variados locais em que, ao longo destes quatro anos, tinha alertado para a gravidade da situação. Referiu também a lomba existente na Loja Nova que continua sem arranjar e pintar e que pode levar à ocorrência de acidentes.

Terminou a sua intervenção referindo-se aos casos de Covid-19 existentes na escola, aludindo a que a situação, segundo notícias, é muito complicada, afirmando

que poderão estar em confinamento profilático cerca de 300 pessoas no concelho e questionando quem irá pagar a essas pessoas que são obrigadas a ficar isoladas. Afirmou ainda que o concelho atravessa uma situação grave neste aspeto porque tem pouca população e com poucos casos ativos poderá facilmente ultrapassar os 120 casos por 100.000 habitantes e ser obrigado a regressar ao confinamento, como já aconteceu noutros concelhos.

O deputado Manuel Luís Gonçalves usou da palavra para dar nota relativamente à evolução da pandemia covid-19. Referiu que na última assembleia, se estava em pleno confinamento e no início do desenvolvimento do plano de vacinação. Corridos 2 meses, estamos agora na 3ª fase de desconfinamento, com reabertura das escolas e dos serviços em geral, portanto, com um risco acrescido de contaminação, mas com a necessidade que resulta da reabertura da economia. Das últimas notícias que ouviu, Melgaço está a ter, em relação aos concelhos vizinhos, uma evolução positiva, quanto ao número de infetados e de acordo com o último relatório da ULSAM, estará com 7 casos ativos. De seguida interpelou o Presidente da Câmara, para lhe perguntar como é que está, no nosso concelho, a evoluir a situação da Covid-19 e, em particular, o estado do plano de vacinação.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por responder aos assuntos levantados. Iniciou pela intervenção feita pelo deputado Manuel Fernandes, pelo “balanço político das últimas décadas”, que na fase inicial da sua intervenção procurou fazer, quando o deputado disse que o atual Presidente tem responsabilidades na autarquia há 12 anos. O Presidente confirmou a afirmação e constatou que há 8 tem responsabilidades acrescidas, nessa gestão da causa pública. Referiu que pode ouvir aquilo que são as avaliações e análises políticas do deputado, mas pode também discordar delas, porque tem uma outra leitura acerca disso. Segundo o deputado, Melgaço é um concelho mais pobre, sem emprego ou cada vez com menos emprego, um concelho desertificado, um concelho que não tem aquilo que outros ao lado têm. Não tem indústria, não tem desenvolvimento, perde população permanentemente. Sim, é verdade, que desde 1961 (momento em que se fizeram os 1ºs censos), a perda de população foi sempre gradual, no nosso e nos outros concelhos do Alto Minho, nos outros concelhos do norte do país e nos outros concelhos do interior do país. A diminuição da população é uma realidade da evolução demográfica e sociológica do século XX. Foi década de 60 que iniciou o declínio da população com as taxas de natalidade a diminuir, com a saída de gente para a emigração. Isto é uma história transversal ao país inteiro que nos afeta. A questão da emigração afetou-nos mais que a outros municípios pois temos um grau de população emigrada muitíssimo elevada. Não valerá a pena estarmos a olhar pelo “retrovisor” permanentemente esta realidade e de alguma maneira massacrar-nos e flagelarmo-nos com aquilo que foi esta evolução e esta situação que foi criada no país e nos nossos territórios. Deveríamos ser capazes de olhar para a frente e considero que estamos a fazer aquilo que deve ser feito. Não temos grande indústria, comparando a alguns outros municípios, é verdade. Não fizemos essa aposta, estamos a fazê-la agora. Temos 150 postos de trabalho, na área industrial na zona



industrial de Penso. Já hoje, as empresas e sendo aquela que referiu a mais empregadora, tem dificuldades em encontrar mão-de-obra para poder operar normalmente. Estamos já a precisar de mão-de-obra para aquilo que temos. Estamos praticamente a iniciar a nova zona empresarial, na sua 1ª fase. O que se pretende é que a primeira, somada à segunda e à terceira tenham 25 hectares de acolhimento para novas empresas, no nosso município. Temos essa ambição, queremos pô-la no terreno e, queremos que essa ambição seja um desígnio importantíssimo para as próximas décadas, no município. Nessa altura seremos obrigados a ter mais gente, para alimentarmos esta indústria e para isso temos que criar condições de habitação, para acolher pessoas que venham trabalhar para cá. Mas esta necessidade de mais gente para a indústria não vai ser só uma necessidade de Melgaço, mas de outros concelhos, porque é preciso mão-de-obra. Estamos a fazer um percurso estruturante para um futuro na área da indústria, nós temos feito um percurso brilhante noutras áreas, que tem criado emprego. Tivemos este período de interregno, complicado desde fevereiro/março de 2020, mas a área do turismo está a crescer imenso e não haja dúvidas, que a seguir à resolução deste processo de pandemia, a área de turismo crescerá imenso. Esta área do turismo, quando a questão da pandemia estiver resolvida, será uma área com uma enorme força para criar riqueza, emprego e consolidar pessoas no nosso território. Já o está a fazer, mas vai fazê-lo com muitíssima mais força, daqui para a frente. Há outras áreas como a agroindustrial que tem tido uma enorme evolução, no nosso território. Ao contrário do que afirma o deputado, não fazemos só festas. E contrariamente ao que outros fazem, pensamos de forma estratégica nestas áreas, para trazer à área agroindustrial, conhecimento, inovação, condições para que todo este setor possa ser ainda mais brilhante e possa fazer uma coisa que há 20 /30 anos se fazia de forma diminuída, que é percebermos que o território tem condições para dar uma riqueza enorme, a partir de si próprio, que o território tem “de per si”, imensa potencialidade e riqueza para dar. E tem muito mais para dar se pensarmos para além da quantidade, na riquíssima qualidade, que acrescenta valor. O deputado falou da incapacidade, da impossibilidade de regresso de jovens. Não temos aqui condições como se fossemos uma grande metrópole ou uma cidade próxima da capital, mas temos tido condições para o regresso de alguns jovens. E os setores que já foquei, dão nota disso. Jovens a regressar à sua terra, não só para virem para a câmara. Quanto ao Hotel do Peso e Termas, nunca utilizamos as termas, para fazer show-off político, temos muito respeito pelo projeto, mas sobretudo temos respeito pelas pessoas. Disse-o na 1ª assembleia, em que estive como Presidente da Câmara, em 2013, não giro para ser simpático, para colher louros, giro sempre no sentido de fazer o que considero mais adequado para a nossa terra. O Hotel das Termas e as Termas têm sido um processo difícil, nunca o neguei, é difícil desde a sua conceção, mas temos que insistir nele para o manter vivo, ser capazes de fazer tudo para que as coisas voltem a ter a expressão que desejamos. Pretendemos olhar em frente e que as termas integrem o conjunto de produtos importantes, de captação de gente para o nosso território, do ponto de vista turístico. Noutras décadas, as termas seriam o único produto que Melgaço tinha e se

sobrepunha, relativamente ao próprio município. Felizmente hoje, conseguimos desenvolver um conjunto enorme de produtos e as termas serão mais um produto importante para desenvolvermos. Não andamos a brincar e o hotel não tem sido matéria de brincadeira ou show-off político. O hotel foi comprado por uma empresa, tem um projeto aprovado na sua totalidade, com financiamento, no âmbito do COMPET, de 4 milhões de euros, para poder ser colocado no terreno, a que se acrescentará o capital próprio, que será cerca de 2 milhões e meio, para que o hotel seja construído. O hotel não arrancou, julguei que iria arrancar em janeiro, mas irá iniciar durante este semestre; e não irá arrancar para ser bonito para a fotografia ou porque termos eleições. Há prazos para cumprir, há responsabilidade do financiamento, tem que arrancar para ser construído e para ser posto em funcionamento, quando isso for possível. O hotel será qualificador do território e trará ainda mais gente, do ponto de vista do turismo. Estamos a precisar de um hotel de 4 estrelas ou mais, para captarmos determinado público.

Quanto à limpeza dos terrenos, as regras estão plasmadas no regulamento, têm enquadramento legal nacional e estamos a fazer cumprir a lei. Não tem havido grandes problemas, nem grandes dificuldades; temos feito, o que está plasmado na lei e no regulamento, que é fazermos a limpeza, substituindo-nos aos proprietários. Tem corrido bem, e estamos melhores que há alguns anos, sobretudo na intervenção no público. As nossas três equipas de sapadores, mais as duas CNAF na zona do território de Castro Laboreiro têm feito uma intervenção que se nota. Foram criadas condições, para que as coisas estejam a correr bem. Em relação à questão dos imóveis devolutos e das lojas Pop-Up, o Presidente referiu que quando se está sempre a fazer comparações, não se importava que nesse campo as fizesse. Sugeriu ao deputado que visse os nossos imóveis devolutos no centro urbano e que comparasse com imóveis devolutos de outros centros urbanos. É verdade, que é preciso insistir na reabilitação, e por isso, trouxemos a esta assembleia medidas que ajudam, que incentivam a essa reabilitação, mas é verdade que se nota a reabilitação a acontecer também. Não a que gostaríamos, mas está a acontecer. Em relação às lojas Pop-Up, apenas dizer-lhe que, neste momento, com aquilo que foi a 1ª fase das lojas Pop-Up e esta 2ª fase, que está ainda por completar, nós estamos a falar de 15 lojas que abriram, 7 delas já se fixaram, não quer dizer que não possam morrer, como acontece com qualquer empresa. Para já um é sucesso.

Seguidamente o Deputado pediu a palavra para questionar, se há muita gente na rua e a fazer compras.

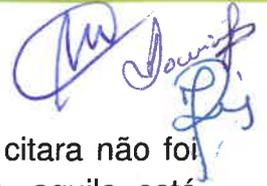
Neste período, não há gente, e espera que as coisas tenham condições para melhorar também nessa área. De seguida o Presidente da Câmara agradeceu o elogio feito sobre o processo de vacinação, afirmando que procuramos ter uma gestão rigorosa e, se para pôr de pé um centro de vacinação, o pudermos fazer com 1000 euros, não íamos gastamos 50.000. Houve quem o fizesse, achamos que não valia a pena, porque de forma eficaz o pusemos a funcionar. O deputado referiu que gastamos dezenas de milhares de euros, em fotografias, em revistas, em comunicação. Essa questão da comunicação já muitas vezes veio a estas reuniões,

mas posso falar outra vez sobre o assunto. Dizer-lhe que do ponto de vista dos recursos humanos, gastamos menos do que gastávamos há 10 anos atrás. A revista que hoje publicamos, custa bem menos do que custava há 10 anos atrás. Depois, temos ainda, um conjunto de outra comunicação que procuramos fazer com televisão, canais da rádio, da imprensa escrita, etc; com a chamada de bloggers que temos trazido, especializados em dezenas de matérias. Temos feito essa aposta e vamos continuar a fazê-la. Não estamos a gastar à toa. Estamos a gastar o que consideramos que deve ser feito para comunicar o território e estamos a conseguir. Temos muita melhor comunicação, muito melhor afirmação de marca, do que muitos outros municípios. Não posso aceitar essa acusação, de que estamos a gastar dezenas de milhares à-toa. Quanto à água, fizemos uma opção estratégica em 2018, com a coragem que ninguém teve, e isso está-nos a permitir ter água mais barata, serviços eficazes para a população quando acontecem problemas nas redes de água, requalificação das redes, seja da zona urbana seja da zona rural e mantendo a qualidade do serviço, mantendo a capacidade de investimento e não temos feito aumentos consideráveis de tarifa. Para além disso, quer na 1ª fase, complicada em que vivemos, foram os meses de abril a maio ou junho do ano passado, quer este ano até finais de abril, tivemos intervenções do ponto de vista da diminuição da fatura muito considerável. Pergunte a todos os comerciantes e industriais se nestes meses pagaram algum valor de água, saneamento e resíduos. Pergunte às famílias se não viram diminuída também a sua fatura. Fizemos aquilo que achávamos que deveria ser feito nesta matéria. Relativamente às estradas/ rails, mantemos a nossa empreitada de repavimentações, ainda que este ano seja mais pequena. Na questão dos Rails, não posso aceitar que diga que nem um metro de rails foi colocado, não é verdade. É verdade que há muito investimento nessa matéria ainda para fazer. Mas todos os anos fazemos investimento em rails, se for preciso mostrar isso, um dia marcamos uma reunião ou um encontro, damos uma volta e a minha equipa mostra-lhe onde foram colocados rails de segurança. Quanto às lombas, a das bombas de gasolina já está pintada, a outra ainda não está. Estamos a pintar a estrada de Castro Laboreiro, com a empreitada que foi lançada o ano passado, e todas as lombas da Vila a Castro e de mais sinalização horizontal. A pintura central foi feita. A lomba da Loja Nova, está numa outra empreitada, cujo empreiteiro já iniciou, já fez a pavimentação em Fiães e Alvaredo, está agora a fazer pavimentação em Cristóval e a questão das pinturas virá a seguir. Quanto ao tema da transmissão de Covid na escola, felizmente não houve drama nenhum. O que aconteceu na escola foi uma professora ter ficado positiva. Tem sido feita uma testagem muito grande e até agora sem mais nenhum caso positivo. As regras que a saúde pública dita neste momento, são muito mais apertadas e restritivas do que anteriormente, o que fez com que uma quantidade enorme de alunos, professores, funcionários e familiares fossem para casa. O que é que a Câmara Municipal pode fazer aí? Quem dita as regras, quem regulamenta, chama-se saúde pública. Tive oportunidade de falar com o Drº Luís Delgado, sobre esta matéria e esclareceu-me qual era a sua posição sobre esta questão, mas as regras são para cumprir. Espero que na próxima semana regressem muitas essas pessoas, que estão

confinadas, ao seu local de trabalho. Quem paga a esta gente? Na Câmara Municipal, temos uma série de funcionários que foram afetados por isso, inclusivamente na segunda-feira tivemos o serviço de balcão único fechado durante a manhã porque não tínhamos condições de garantir a abertura do mesmo. As pessoas não perderam o seu salário, até porque tem enquadramento legal, para não o perderem. O mesmo acontece na escola e noutros setores, inclusive no setor privado. Aliás, um banco local também encerrou pelo mesmo motivo e acredito que as pessoas não tenham perdido o seu salário.

Em resposta ao deputado Manuel Luís Gonçalves, que fez um elogio ao processo de vacinação referiu que está a correr muitíssimo bem. Neste momento, somos o município, que tem o maior índice de vacinação do distrito, quer na primeira dose, quer na vacinação completa. Estamos com trinta e tal por cento, de 1<sup>as</sup> doses. Eu próprio recebi a 1<sup>a</sup> vacina, há duas semanas, pois os senhores Presidentes de Câmara foram colocados numa lista prioritária e não tive medo de a tomar. E não tenho medo que me venham a dizer, que estou a aproveitar-me do que quer que seja. Fui colocado numa lista de prioridades e aceitei. E nesse momento em que dei a vacina em Viana do Castelo, no hospital distrital, tive a oportunidade de perceber que o objetivo da ULSAM é de que no final de julho tenhamos 90% da população do Alto Minho vacinada. Seria ótimo que se atingisse esse objetivo, significava que no próximo verão nós teríamos a população, do município e de boa parte do distrito, já com imunidade. Deu um elogio grande à ULSAM, ao centro de saúde e às várias entidades que têm colaborado, muitas delas de forma voluntária em todo este processo. Quanto à evolução da pandemia, felizmente está a correr bem. Há oito dias temi, quando obtivemos os dados mais complicados, em que saltamos para onze casos, que fossemos entrar num processo de descontrolo e de subida. Felizmente não aconteceu isso. Na segunda-feira já tínhamos uma descida, na quarta também e ontem passamos para sete casos. Espero que esta tendência de descida se mantenha, reduzindo mais estes valores, para não corrermos riscos e para conseguirmos fazer a abertura e o desconfinamento que está consignado na lei. Também é importante para que vários eventos, como a Festa do Alvarinho, possam ser levados a cabo nos fins-de-semana previstos e que terá muita importância para a economia local do nosso território.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara pediu a palavra o deputado Manuel Fernandes, para dizer que espera que a nova zona industrial, não leve tantos anos para criar só 150 postos de trabalho. Quanto aos produtores de Alvarinho, elogiou-os pelo trabalho que têm feito afirmando que se não fossem os produtores de alvarinho, o concelho estaria ainda mais desertificado. Afirmou ainda, em relação aos produtores de alvarinho, que as empresas que criam são na maioria empresas familiares. Apenas 3 ou 4 empresas em Melgaço, criam postos de trabalho. Quanto às Termas o Presidente diz que nunca vamos ter o que houve outrora. No entanto muitas termas no país, como as termas de S. Pedro do Sul e Chaves continuaram e são um luxo.



Em relação aos rails de segurança afirmou que todos os que ele citara não foi colocado um. Na estrada de Fiães- Soengas, cortaram as árvores, aquilo está perigosíssimo. Quanto aos terrenos públicos, não falou neles, os terrenos privados é que vão ser um problema. Relativamente ao turismo afirmou que as zonas de turismo são sazonais, criando muito emprego precário.

Em resposta, o Presidente da Câmara, referiu que há investimento a fazer e há zonas onde é necessário colocar rails. Não tem dúvidas que, porventura, rapidamente poderia pôr meio milhão de investimento, em rails no município. Afirmou que não disse que isso não era uma necessidade. O que entendera, foi que o senhor deputado dissera que nestes quatro anos, não se colocou um metro de rails. Quanto ao turismo e sazonalidade, é precisamente isso que temos feito, temos trabalhado bem nessa área, fazendo combate à sazonalidade. É verdade que em 2019, as coisas foram evoluindo, tínhamos uma taxa de ocupação excelente. Lembrar-lhe os dados que foram fornecidos pelo Hotel Monte de Prado, de que a taxa de ocupação 2019, superava a taxa de ocupação média/ano, rondando os 90%. Tal facto não combina com sazonalidade, significa que nós temos tido capacidade de atração durante todo o ano. Porque é que nós investimos nestes últimos anos, agora com intermitências em 2020/21, num conjunto de eventos desportivos, eventos da área da economia, eventos da área da cultura, durante todo o ano? Para trazer gente para o território, estávamos a conseguir e conseguiremos, imediatamente a seguir, com todo esse conjunto de atividades a funcionar, comunicando bem o território, fazendo ver que o território é visitável e tem atratividade todo o ano. Os resultados estão aí. Relativamente ao emprego precário, é outra matéria, requer uma discussão mais profunda. Hoje a precaridade abrange o turismo, a agricultura, muitíssimas áreas.

<b>Assunto nº205</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;</b>
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, caso quisesse acrescentar alguma informação, para além da que foi enviada aos senhores deputados. O Presidente da Câmara disse que não havia necessidade de intervir. E não havendo pedidos de intervenção, avançou-se para o ponto seguinte.

<b>Assunto nº206</b>	<b>Análise e deliberação da proposta de participação do Município de Melgaço na Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, bem como da assunção de compromisso plurianual para pagamento da quota anual;</b>
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou, como é do conhecimento da maioria dos deputados que se está a preparar



desde agosto passado, com vários municípios: Monção, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Vila Verde e Braga, a colocação no terreno do Caminho Minhoto Ribeiro. Queremos que seja certificado como Caminho de Santiago. Estamos a pilotar este processo, que está a correr bem. Neste momento, a marcação está a ser colocada nos vários municípios, de Braga até Melgaço. Para que, em Cevide, faça ligação ao caminho Minhoto Ribeiro, do lado galego, o qual também já está marcado, até Santiago. O projeto está a avançar e a sua apresentação será em finais de maio, princípios de junho, num dos territórios onde passa. O passo seguinte, com o envolvimento da Federação Nacional dos Caminhos de Santiago e também com a Porto e Norte, é o da certificação. Achamos que era importante a adesão à Federação Nacional dos Caminhos de Santiago.

O Deputado José Albano Esteves Domingues principiou a sua intervenção congratulando-se por Melgaço poder vir a constar, final e oficialmente, no mapa dos caminhos de Santiago, o que certamente trará maior visibilidade ao território e permitirá que venha a ser visitado por peregrinos que, conforme é consabido, particularmente para quem já teve a oportunidade de trilhar os caminhos de Santiago, provêm dos quatro cantos do mundo.

Aludindo a que o senhor Presidente da Câmara se encontrará, certamente, familiarizado com esta temática e, não obstante ter presente, com base na documentação que foi distribuída, que o mesmo passará por Cevide, afirmou que gostariam que lhes fosse dado a conhecer o concreto ponto de passagem do dito caminho na radiografia dos limites do território concelhio.

Prossigui, depois, defendendo que não nos devemos ficar pela certificação do caminho de Santiago, devendo ir mais além, criando-se condições, mormente infraestruturais ou logísticas, para que quem faça o caminho se não limite a passar por Melgaço, mas que pare, e que por cá possa permanecer, senão dias, ao menos horas, uma noite ou um meio-dia, acrescentando que a seu ver deveria ser criado um espaço destinado a albergue.

Em resposta o Presidente da Câmara disse que vai ser assumido o processo de certificação e outros. A questão do albergue é um compromisso, que com certeza teremos que assumir para que aconteça. Entretanto, não havendo albergue, o alojamento existente, é o alojamento que será considerado para os peregrinos, que vão passando pelo nosso território. Quanto ao traçado em detalhe do caminho, não será facultado agora, poderá vir à assembleia uma apresentação, com cartografia para se perceber melhor por onde vai passar. Encontra-se com o caminho de Monção, na zona de Penso e vai passando por Alvaredo, Paderne, Remoães, Prado, Vila, Chaviães onde passa junto à Igreja, faz o percurso junto ao rio, para em Paços continuar até aos Casais e chegar a Cevide. Brevemente será apresentado com detalhe, nas plataformas que houver para comunicar o caminho de Santiago, para que os peregrinos tenham condições, com mais informação, para além das marcações que estão a ser feitas.



Não havendo mais pedidos de intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

<b>Assunto nº207</b>	<b>Análise e deliberação da assunção de compromisso plurianual no âmbito do contrato de arrendamento não habitacional para implantação das novas instalações do Estaleiro Municipal;</b>
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para se quisesse fizesse uma introdução ao assunto. O Presidente da Câmara começou por dizer que era um desígnio para o executivo, encontrar um espaço diferente para se colocar o estaleiro municipal. O atual estaleiro está numa zona dentro da vila e tem uma dimensão reduzida para que possa responder às necessidades. Daí, termos encontrado esta solução que foi negociada para um arrendamento a longo prazo (20 anos). Vão começar as obras para que no final deste semestre possamos começar a mudança. O espaço será nas antigas instalações da Pamel, em Prado. Esta mudança vai fazer com que deixemos o espaço que até então estávamos a usar, fechamos uma despesa e assumamos outra nova. É uma despesa plurianual, pelo que deve vir a esta assembleia.

Neste ponto o deputado José Albano Domingues principiou por dizer que para não multiplicar as intervenções evitou falar da Ata no momento da sua votação, mas que tinha de o fazer agora por contender com o que iria dizer mais adiante. Referiu que a cópia da Ata que recebeu em suporte de papel começa o seu texto logo na página três (faltando, pois, a 1 e a 2), encontrando-se perfeitamente incompleta, com falha das páginas 4, 6, 8, 10, 12 e assim sucessivamente, até parte das declarações de voto estando em falta, acrescentando ter noção que a responsabilidade pelas falhas não é da senhora Presidente da Mesa da Assembleia, mas certo sendo que a mesma tem de (e merece) estar melhor assessorada.

Pegando, depois, no assunto propriamente dito referiu que gostaria, em ordem, até, a uma mais avisada tomada de posição, de ser esclarecido acerca de determinados pontos, porquanto a referência, enquanto justificação para a alteração do local dos estaleiros municipais, à necessidade de tornar as instalações mais funcionais e modernas, de criar maior dignidade e de ter melhores condições, se mostra vaga, imprecisa, e não concretizada. Perguntou, pois, o porquê da necessidade desta mudança de instalações. Perguntou, também, quais os valores da renda pagas até agora, com relação às anteriores instalações, e se existiria alguma mais-valia decorrente da redução do valor mensal a pagar. E perguntou, finalmente,

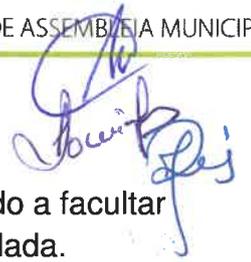
qual o valor, ou expressão numérica, das obras de adaptação e beneficiação que terão de ser levadas a efeito nas novas instalações, que, conforme disse ser sabido, correspondem às de uma antiga padaria.

Prosseguiu dizendo que estamos quase no final do mês de abril, e que tinha presente que a informação que serve de base à votação deste assunto data de 10 de março de 2021, mas que, não podendo o contrato ter data anterior à da deliberação da sua aprovação pela Assembleia Municipal, se impunha perguntar o porquê da cabimentação do valor de 16.000,00 €uros, correspondente a 10 meses de renda, quando já só faltam oito meses para acabar a anuidade.

O senhor deputado passou, seguidamente, a fazer uma análise mais técnica do contrato de arrendamento, afirmando estar seguro de que o documento em questão não poderia ter sido redigido por alguém formado em direito, mostrando-se o seu teor até incipiente.

Referiu já nem querer perder muito tempo com pontos circunstanciais, como o fazer-se a identificação do prédio dizendo que está descrito na Conservatória do Registo mas depois não mencionar o número da descrição predial; ou mencionar que o contrato é feito em triplicado porque uma das vias vai ser presente à Autoridade Tributária, quando toda a gente sabe que desde há anos que não se selam contratos nas Finanças, e que o registo do contrato de arrendamento tem de ser, obrigatoriamente, feito pelo senhorio (que não pelo arrendatário) através do portal das finanças.

Acrescentou depois, que outros pontos, há a escrutinar e que, por já contenderem com a substância do contrato, se lhe afiguram bem mais graves. Exemplificou dizendo que no nº 2 da cláusula segunda consta que a atualização da renda pode ser exigida no ano seguinte ao da entrada em vigor do contrato, o que, em teoria, permitiria a atualização logo no dia 1 de janeiro de 2022, quando tal atualização nunca deveria ocorrer antes de se completar um ano de vigência do contrato; que na cláusula terceira se diz que o segundo outorgante (Município) está obrigado a enviar ao primeiro (proprietário) cópia de todos os projetos, autorizações e licenças, quando os projetos e licenças, na normalidade das coisas, se encontram já na posse do senhorio, por ser o dono do imóvel; que logo de seguida se exara que “esta última” se compromete a assinar todos e quaisquer documentos, mas perguntando, uma vez que partes no contrato são o primeiro e o segundo outorgantes, quem é, afinal, “esta última”? Pediu, depois, que se atentasse na cláusula quarta, onde se menciona que o contrato é celebrado por 20 anos, acusando que em parte alguma do documento se refere quando se inicia tal prazo de vigência, e perguntando: será em 01/01/2021?; em janeiro de 2030?; no ano de 2035? Aludiu, ainda, ao texto da cláusula quinta, onde está escrito que antes do termo do contrato a arrendatária está obrigada a entregar as chaves ao senhorio, para que este possa verificar o estado de conservação do imóvel, questionando se a Câmara vai facultar as chaves de um local que está na sua posse, pelo qual paga renda, onde guarda equipamentos, documentos e materiais, quando o contrato ainda está em vigor e perguntando o



porquê de não se clausular, simplesmente, que o arrendatário fica obrigado a facultar a visita ao senhorio, com o que a situação ficaria devidamente salvaguardada.

O senhor deputado concluiu a sua intervenção dizendo que as falhas apontadas, para além de graves, põem, a seu ver, em causa a imagem da Câmara Municipal de Melgaço.

Em resposta o Presidente da Câmara, começou por falar em relação às vantagens, que são bastantes, o espaço total é muitíssimo maior, o espaço construído é também muito maior, o que permite ser ajustado às necessidades do município, criando espaços específicos para cada uma das áreas de intervenção que o estaleiro tem. O espaço exterior permitirá organizar estacionamento, dedicado aos funcionários que lá trabalham; permitirá fazer uma cobertura para acolher as viaturas do município, que estão expostas à intempérie; permitirá setorizar lugares para ter stock de materiais, com outras condições que não há no atual estaleiro. Quer o espaço coberto, devidamente intervencionado, quer o espaço exterior existente, organizado, vão-nos dar condições para acolher viaturas, stock, máquinas e materiais que hoje não temos.

Foi feito projeto para essa intervenção, e neste momento já está a ser colocado no terreno, de forma a que, no final do semestre, se tenha o estaleiro pronto e organizado. Quanto a se poupamos ou não, a resposta é que não poupamos. Tínhamos uma renda que oscila entre 900 e 1000 euros e passamos agora para uma renda de 1600 euros. Criamos condições para, porventura, poupar o valor que faz a diferença entre uma e outra, se pensarmos nos consumos de combustível, que os veículos, mais pesados, têm ao subir ao estaleiro onde está hoje. A ideia é criar outras condições de muitíssima mais qualidade, para o trabalho que se faz e para quem lá trabalha. Resolvemos para os próximos anos, a questão dos estaleiros, que há muitos anos se arrasta. Quanto à questão do valor, disse que percebeu a forma como o deputado colocou a questão e tem a ver com o contrato ter sido celebrado com data de 1 de março 2021. De seguida, dispensou-se de responder às questões mais formais que o deputado colocou relativamente ao contrato, e acrescentou que se alguém quisesse fazê-lo pois estaria no seu direito.

O deputado José Albano Domingues, voltou a usar da palavra para dizer que não sabe se a sua minuta é igual à dos restantes deputados, porque não vê nada assinalado com a data do contrato. Era importante que ficasse concretizado, para saber, efetivamente, se o valor é o adequado e justificado, para que o resto aguente a anuidade. Outra questão, que colocou e o senhor Presidente não respondeu, foi a de saber de quanto é a expressão numérica que o investimento terá, para obras de reabilitação do espaço.

O Presidente da Câmara concordou que efetivamente se esqueceu de dar essa resposta, dizendo que se está a falar de um investimento próximo dos 50 mil euros, para se fazer as obras necessárias à readaptação do espaço e acolhimento do estaleiro. O que poupamos no espaço de desativação, dá para fazer esse investimento.



Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação, tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 6 abstenções da Coligação P'ra Frente Melgaço.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

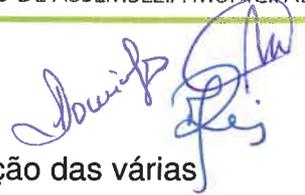
<b>Assunto nº208</b>	<b>Análise e deliberação da alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;</b>
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dizer que é uma dificuldade com que nos deparávamos. O RMUE não deixava margem para sermos flexíveis, como gostávamos; são muitas as solicitações que chegam de pessoas que querem vender ou comprar uma habitação, que já tenha uma família a habitar. No caso, estamos a falar de habitações anteriores a 1951 no perímetro urbano e anteriores a 1971, no caso do resto do município. Essas habitações antigas precisam ser vendidas, transacionadas, porventura às vezes têm já intervenções que não foram licenciadas e, com o RMUE atual, temos uma enorme dificuldade em passar uma declaração de isenção de licença de utilização. Aquilo que procuramos fazer com este pequeno ajuste no RMUE, é considerar todas essas intervenções como sendo sem expressão e podermos agilizar os processos para que as escrituras, vendas e negócios se façam de forma mais célere.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Hugo Carvalho para questionar se os edifícios abrangidos, pela zona da direção cultura do Norte, pelas zonas classificadas, também vão ser abrangidas por esta alínea.

Em resposta o Presidente da Câmara afirmou, que sim, que todos os edifícios de todas as zonas estão considerados.

Com relação ao assunto em questão o deputado José Albano Domingues manifestou a sua absoluta concordância com a alteração que agora se preconiza, acrescentando que a mesma apenas peca por tardia. Afirmou ser da opinião de que tal previsão e simplificação se deveriam replicar, de resto, em muitas outras situações, por serem inúmeros os entraves com que os proprietários se deparam, inclusive em prédios anteriores a março de 1971 mas que apenas são participados às Finanças, porque omissos na matriz, muitos anos depois, em ordem a lograr a dispensa da licença de utilização, a formalização da transmissão do respetivo direito de propriedade, e a possibilidade da sua reconstrução ou reabilitação por quem os pretende adquirir. Referiu, ainda, que entende que mesmo sem a menção expressa à alteração das caixilharias (em nova alínea a acrescer às do nº 2 do artigo 7º do RMUE), existia já uma previsão legal, da qual os técnicos de boa interpretação se poderiam servir, para ultrapassar esta dificuldade, passando por cima do controlo prévio, bastando para tal concluir que estarmos perante obras de escassa relevância urbanística, adiantando que esta é uma enunciação geral, quer no RMUE quer no



RJUE, de que se pode lançar mão, e tendo-se presente que a enunciação das várias situações previstas nas diversas alíneas daquele nº 2 do citado artigo 7º não tem carácter taxativo.

Fez uso da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves, para dizer que a bancada do PS concorda com esta proposta, concordamos ainda com o senhor deputado José Albano Domingues, que ela peca por tardia e até eventualmente na própria amplitude da definição que aqui é dada. Tenho conhecimento que os regulamentos municipais de urbanização e edificação, que vão mais longe, na caracterização das obras de escassa relevância urbanística e em que preveem não só as alterações de caixilharias, mas dos vãos, no sentido dos estores, de tudo que seja intervenções e fachadas que não alterem significativamente, esses elementos arquitetónicos. Quanto à necessidade ou não de ele estar previsto, concretamente, no RMUE, entendem que efetivamente, têm que estar. Não lhes parece que na definição do regime jurídico da urbanização e edificação das obras de escassa relevância urbanística, que são aquelas que estão isentas de controlo prévio, que se possa inferir ou deduzir sem mais, que uma alteração de fachadas constitui uma obra de escassa relevância urbanística. O que a lei diz é que são obras que estão isentas de controlo prévio, as obras de conservação, as obras de alteração no interior dos edifícios, outras frações que não impliquem modificações na estrutura ou na estabilidade e as obras de escassa relevância urbanística. Mas o legislador deixa-nos aqui nas obras de escassa relevância urbanística uma margem, relativamente ampla, para se definir o que é que elas são. Portanto, para evitar qualquer discussão ou confusão, uma vez que podem e devem ser definidas, concretizadas através dos regulamentos municipais, concordamos com esta alteração que vai facilitar e muito, não apenas as transações dos imóveis, mas também tudo aquilo que tem a ver com a reabilitação urbana e até com os projetos e candidaturas que neste momento decorrem, até do fundo ambiental, com fundos monetários destinados à reabilitação e melhoramento de tudo que tenha a ver com caixilharias e sistemas térmicos e acústicos das frações.

Não havendo outras intervenções, a Presidente da Assembleia colocou **este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

<b>Assunto nº209</b>	<b>Análise e deliberação da autorização nos termos do nº2 do artigo 51º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, referente ao investimento financiado pelo empréstimo IFRRU;</b>
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução ao assunto. O Presidente da Câmara começou por dizer que já tinham trazido esta aprovação (operação piscinas municipais), na reunião do orçamento. Entretanto, porque esta operação ultrapassa os 10% do orçamento para investimento, ela tem de vir de forma muito específica para ser aprovada nesta assembleia.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

<b>Assunto nº210</b>	<b>Intervenção do Público;</b>
----------------------	--------------------------------

Não houve intervenção do público neste ponto.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 11h32 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira

*Presidente da Mesa da Assembleia*

António Manuel Domingues

*1º Secretário da Mesa da Assembleia*

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

*2ºsecretária da Mesa da Assembleia*